



## Índice

- 03 A Desorganização Cotidiana  
*Eni P. Orlandi*
- 11 Dentro e Fora: Violência e Irrupção Urbana em Cidades Médias  
*Pedro de Souza*
- 17 Pontuando Sentidos Em Trânsito  
*Bethania Mariani*
- 24 Limites Em Movimentos  
*Suzy Lagazzi-Rodrigues*



Rua Caio Graco Prado, 70, Cidade Universitária Zeferino Vaz  
CEP 13081-970, Campinas - SP, Fone/Fax:(019) 788.1102  
Internet: <http://www.labeurb.unicamp.br>

# **E**scritos

---

linguagem . cidade . política . sociedade

## Percursos Sociais e Sentidos nas Cidades

**No. 1**

---



Laboratório de Estudos Urbanos  
Nudecri

# ESCRITOS 1

Publicação do  
LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS  
LABEURB - NUDECRI - UNICAMP



PROJETO TEMÁTICO  
*APOIO FAPESP*

## ***A DESORGANIZAÇÃO COTIDIANA***

*Eni P. Orlandi\**

A cidade é organização, é injunção a trajetos, a vias, a repartições, a programas, a traçados e a tratados. Do ponto de vista simbólico, entretanto, organização e desorganização se acompanham. Assim, pensando os sentidos da/cidade, e procedendo a uma observação sustentada na análise de discurso, nossa apresentação visa mostrar como as relações sociais (urbanas) se significam na reprodução e na ruptura, através da emergência de falas desorganizadas que significam lugares onde sentidos faltam, incidência de novos processos de significação que perturbam ao mesmo tempo a ordem do discurso e a organização do social. O conhecimento desses processos contribui para a melhor compreensão do que tem sido tratado sob o nome genérico de “conflito social”. A linguagem, nessa nossa perspectiva, não é trabalhada para enumerarmos as várias funções da linguagem na cidade mas ela nos permite compreender o funcionamento do urbano, do cidadão, do social nesse espaço simbólico específico que é a cidade.

Analisaremos situações discursivas em que irrompem falas desorganizadas que consideramos como indícios do estar “fora do discurso”: politicamente, historicamente, linguisticamente. Essas rupturas se dão movidas pela falta ou pelo excesso, mecanismos de que daremos alguns exemplos.

Como o consenso é imaginário, o discurso social não é homogêneo dando lugar a diferentes movimentos de discurso que se cruzam na “incompreensão”. À espera dos sentidos, o sujeito se desorganiza. O discurso social, nessa perspectiva, apresenta-se como metáfora da divisão social. Nesse cenário, o urbano aparece como “catalizador” do social. Em consequência, o urbanismo se apresenta como complemento do imaginário que “interpreta” o que é o urbano, sobrepondo-se à cidade, delimitando-a, desenhando seus sentidos (significando-a), assim como ao social.

A cidade, significada pelo que chamo discurso (do) urbano, abriga o social - o polido - que, no entanto, se realiza administrativamente como o policiado, referido à (manutenção da) organização

urbana. Quer dizer que o social passa a significar pela urbanidade (planejamento, tecnologia) e perde suas características materiais estruturantes.

Ao mesmo tempo em que colocamos questões a respeito da relação cidade/urbanidade, também colocamos em questão a cidadania. Pensando o habitante da cidade como sendo uma posição-sujeito significativa, podemos considerá-lo na perspectiva dos estudos da linguagem em que se afirma que é no sujeito que o mundo faz sentido e que a linguagem se diz, se realiza como discurso. Desse modo, o objetivo de nossa reflexão é pensar como a cidade faz sentido no sujeito, como ela se diz nele.

Em minha hipótese de trabalho, o discurso da cidade, assim como a materialidade da própria cidade, seriam constituídos de falhas, de possíveis, de sentidos ainda irrealizados que sustentam na incompletude a possibilidade de novos sentidos. Correspondentemente, esses são os vestígios de novas posições-sujeito possíveis, sujeitos simbólicos, sujeitos sócio-políticos, cidadãos. Essa materialidade própria da cidade tem, segundo o que penso, uma ancoragem simbólico-política na *quantidade*. Isso quer dizer que a quantidade é constitutiva do processo de significação da cidade e da cidadania: a cidade supõe muitos do mesmo no mesmo lugar. Essa ancoragem simbólico-política da cidade se metaforiza nos diferentes gestos de interpretação da cidade em seus diferentes modos de significar nos sujeitos e na história. No entanto, a quantidade se metaforiza mal e o que seria a “falha” que faz parte da transformação se transmuda em violência porque não é acolhida pela história. A “algazarra” do urbano (J.Rancière,1996) é o muito cheio que silencia o sujeito e estanca o movimento em que o irrealizado da cidade viria fazer sentido em sua materialidade histórica contraditória. O que estou dizendo é que a cidade é um espaço real de significação sujeito a transformação que, pela imposição do urbano, é abafado, silenciado. A materialidade simbólica da cidade é contida pela urbanização. Há, assim, uma redução significativa da cidade e do social ao urbanizado. A imagem que o sujeito-cidadino tem da cidade é atravessada pela discursividade urbanista que não deixa trabalharem muitos dos sentidos que materializam simbolicamente a cidade. Nessa perspectiva, em que a cidade é representada pela organização urbana, o investimento de sentido na cidade tropeça na quantidade que não se metaforiza como devia: o tempo é o da urgência e o espaço urbano é atulhado. O que é conflito real e constitutivo do processo de produção de sentidos e das múltiplas formas de existência da cidade deriva para a violência. Estreita-se o sentido da cidadania (1).

Quero aqui acrescentar que não concordo com duas espécies de falas que “pairam” sobre a cidade. Uma delas, subproduto dos discursos ecologistas (em que, na relação de perdição e de salvação,

o mundo seria salvo por uma romântica volta ao campo, este evidentemente “puro” e despoluído do próprio homem, voltando a ser significado pela Mãe Terra), é a fala que refere ao catastrófico: a cidade seria uma monstruosidade da agressão do homem à natureza. A isso eu responderia que ela é uma forma do homem, definido não como “espécie” mas como ser histórico e simbólico, produzir sua vida na convivialidade. E, a outra fala, que também alimenta o imaginário negativista da cidade, é um subproduto de posições teóricas igualmente catastróficas (e nostálgicas) e que desemboca na naturalização da violência. São reflexões que colocam como princípio que a violência é necessária pois constitui a base de existência da própria cidade. Não haveria assim cidade sem violência. Segundo o que estou colocando, a violência é uma metaforização mal sucedida da quantidade, essa sim constitutiva em primeira instância do que é o urbano. O deslizamento do conflito - este também constitutivo - para a violência já é um trabalho da história, da sociedade, da ideologia. Confronto do homem com o simbólico e com o político. A violência não é pois natural à cidade, ela é a confluência de certas condições em que conta a má metaforização da quantidade: ela é política, ela se determina na história das relações sociais. Se assim é, nossa proposta é que se re-signifique o social como mediador, para se flagrar o real da cidade e poder trabalhá-lo favoravelmente ao sujeito urbano. Nesse sentido, a mídia, embora não seja a instância produtora do imaginário da violência, ela o acentua, na medida em que investe nesse processo de significação ao invés de procurar rompê-lo. O que, aliás, é próprio ao funcionamento da mídia: ela, em geral, não reflete sobre os processos de significação sociais, ela os reflete.

Nesse processo discursivo, as falas desorganizadas nos servem como observatórios que permitem ver esse jogo linguístico-histórico em que o simbólico se confronta com o político nisso que significa o espaço público, no modo como se constituem, se subjetivam os sujeitos sociais, na emergência ou no silenciamento de outros sentidos e de outras posições-sujeito urbano.

Esse aprisionamento da materialidade significativa da cidade pelo discurso (do) urbano que a imobiliza no enquadramento que a afasta de outros (novos) sentidos, destitui também o social de sua significância mais própria, reduzindo as possibilidades de sua historicização. As condições materiais concretas da cidade antes de serem trabalhadas já são evitadas pelo planejamento, pela administração. Os seus sentidos são domesticados por um gesto de interpretação urban(izad)o. Evitam-se os conflitos, silencia-se o que demanda sentido e evitam-se as transformações.

Na contramão do silenciamento, a análise de discurso, ao contrário, propõe expor o olhar à opacidade do sentido e do sujeito, procurando observar, no sentido de acolher, a sua espessura semântica. Isto significa aceitar o não-sentido, a desordem, os sentidos outros. Isso significa dar lugar e tempo para a indistinção, a ambiguidade, a hesitação dos sujeitos na relação entre o público e o privado, entre o que é processo de individualização dos sujeitos pelo Estado e os processos de socialização, entre aquilo que, na sociabilidade, é inclusão e o que é conflito. Nessa disposição, restituir à cidade a sua falta de sentido pode ser um início para se deixar de esvaziar o sentido do que é cidadania.

### **A Análise**

Tomaremos alguns exemplos de análise que situam o que dissemos acima. Para tal, exploramos o corpus que segue:

1. Evento I: encontro de secretário, na prefeitura, com pessoas que vêm reivindicar melhorias nos seus bairros. Comentário do secretário: “Não adianta a gente receber essa gente. Eles falam de tudo e a gente não sabe o que eles estão querendo. Precisava organizar mais essa gente. Senão, eu fico aqui, perdendo meu tempo”.(Ouvido de um secretário de uma prefeitura de cidade pequena ao lado de Campinas).

2. Evento II : em consultório médico. O paciente chega. O médico o cumprimenta e diz : “Tudo bem, fulano?” Ele responde. “Tudo. Só que tem aquele câncer, doutor...”. Pego de surpresa, o médico vê de novo o prontuário do paciente e lá nada consta sobre um câncer. Ele demora uns dez minutos examinando o paciente, tentando recompor uma conversa que se desenrole normalmente. Chama a sua enfermeira pelo telefone e ela avisa: o paciente em questão está com forte depressão e no seu desequilíbrio, que o afeta em relação a sua segurança física, acredita-se portador de um câncer. Aí o médico retoma o controle da conversa médico/paciente.

3. Evento III. Na rua, na calçada, próximo a uma parada de ônibus. Uma senhora de aspecto mediano dirige-se a um transeunte: “O senhor sabe, eu trabalho lá no bairro x e tive de vir à cidade para resolver uma questão no cartório e etc etc etc.”. Ela continua a falar ainda um tempo. O ônibus chega e o transeunte toma o ônibus e comenta: “Coitada. Aquela mulher não bate bem. Tava ali perdida falando sem dizer coisa com coisa. Será que ela não tem ninguém que cuida dela? “. Na realidade a mulher

queria dinheiro pra voltar pra casa. Só isso. Como não sabia pedir esmola, encompridava tanto o pedido, indeterminando-o, que as pessoas não sabiam o que ela queria.

4. Evento IV. Num bar de classe média. Entra uma pessoa vestida como mendigo. Senta-se no balcão à espera de ser atendida. Com ares de mistério, o garçom vai ao telefone e chama a polícia. Enquanto a polícia não chega, a pessoa mal vestida estende o dinheiro e pede um refrigerante.

Eu poderia fazer uma enorme lista de eventos em que vemos as falas se descosturarem, no que podemos chamar incompreensão, equívoco, falha de comunicação, já que como sabemos, em análise de discurso, a linguagem serve para comunicar e para não comunicar. Ficaremos nesses exemplos, procurando compreender o que do urbano, do citadino, de cidadania, do social aí está posto.

No evento I está em questão o fato de que, separados pelos diferentes modos de se significar o político, o administrador só entende aquilo que faz parte de seu script, ou seja, de seu programa. O que não entra nele, não significa. A fala daquela “gente” deveria estar organizada, administrada pelo seu programa político e não pelo real concreto da necessidade que aquela “gente” expunha, a partir de sua real condição social. A cidade, para o administrador, é um plano, um projeto. Para as pessoas, é a vida cotidiana, não disciplinada. Faltou disciplina (no sentido foucaultiano). Ou faltou escuta, eu diria. Eles estão em presença mas o imaginário que os separa, separa a situação concreta do cotidiano da rua de sua configuração enquanto espaço da administração urbana (questão de política pública).

No evento II, a relação médico/paciente aqui se desenha tipicamente pelo fato de que só é ouvido pelo médico o que está de acordo com seu diagnóstico. O que cai fora não faz sentido ou não deve ser dito. No caso que analisamos, o que se configura é a “vontade da verdade”. Quando um médico pergunta, ele e seu paciente estão comprometidos na busca da verdade que vai se realizar no diagnóstico. Uma perturbação no paciente, leva a engano. O equívoco aqui joga no fato de que a doença é imaginária e isto é suficiente para desorganizar a fala do médico que só poderá retomá-la convenientemente dentro de sua posição de médico, depois de certificar-se da perturbação mental de seu paciente. O diagnóstico estava certo. Seu paciente não tem câncer. Não tem nada?...

No evento III, trata-se de uma interpretação, a do transeunte, que faz intervir a separação entre razão e loucura. O modo de se pedir esmola já está estabelecido, de tal modo que alguém que, por vergonha ou por falta de hábito, não segue os parâmetros dessa fala, é considerado fora da “norma”, fora da normalidade. A senhora, em questão, é vista como quem “não diz coisa com coisa”.

No caso IV trata-se do que venho dizendo mais acima sobre a relação entre o polido e o policiado. Uma quebra de expectativa, a de uma pessoa convenientemente (?) vestida - e aqui as fronteiras do discurso social são cruéis - resvala o polido (o atendimento do freguês) para o sujeito à polícia ( a expulsão do recinto).

### **Indícios**

Podemos perceber essas falas desorganizadas do cotidiano das cidades como lugares em que irrompe a diferença que demanda sentidos. São lugares de resistência. A quê? Ao já significado, ou seja a isso que chamamos “discurso do urbano” e que se abate sobre o discurso da cidade. O discurso do urbano, para nós, é o discurso constituído a partir da sobreposição do conhecimento urbano sobre a própria materialidade urbana (da cidade). Nessa indistinção, o real urbano é substituído pelas categorias do saber urbano, seja em sua forma erudita (discurso do urbanista), seja no modo do senso comum em que esse discurso é incorporado pela política, pelo administrador, pela “comunidade”, convertendo sentidos no imaginário urbano.

O mecanismo discursivo que aí joga é o das formações imaginárias e o que chamamos antecipação. Como sabemos (Pêcheux, 1969, 1975), há regras de projeção imaginárias que fazem com que passemos da situação dos falantes para suas posições representadas, mas transformadas, no discurso. Assim, não é o operário empírico que interessa mas sua posição discursiva, trabalhada por formações imaginárias que são “preenchidas” (significadas) pela ideologia social, ou seja, a imagem que se faz de um operário em uma sociedade determinada, tomada na história. E isto de tal modo, que muitas vezes essa posição não corresponde ao operário empírico ou a sua situação objetiva mas a sua imagem discursivamente significadas, onde conta fundamentalmente a ideologia enquanto imaginário que se constitui do confronto do simbólico com o político (da linguagem com o poder, sócio-historicamente considerado). Por seu lado, a antecipação significa que todo sujeito falante é capaz de se antecipar a seu ouvinte, através desse imaginário, e experimentar seu lugar de sentido. Desse modo, temos pela antecipação, por exemplo, no caso do evento I : além da imagem que o secretário faz das pessoas do bairro x temos a imagem que o secretário faz da imagem que dele fazem as pessoas do bairro x. Pois bem, é em relação a esse imaginário que funciona o discurso do urbano saturando com suas imagens já significadas: a imagem que o administrador tem das pessoas que o procuram já vem



atravessada pelo discurso do urbano. Essa imagem que ele faz atravessada pelo imaginário urbano apaga, silencia, não deixa ver os outros sentidos que permitiriam elaborar com mais realidade os sentidos da cidade, de seus espaços a serem significados, do cidadão. Com a sobreposição do urbano sobre a cidade e deste sobre o social, deixa-se de significar a cidade em sua dimensão social sujeita à história.

Nossa proposta é que se recupere o social pela historicização das relações sociais na cidade, criando condições para que elas trabalhem. Para que se atualizem sentidos. Como dissemos, há uma saturação pelas categorias do discurso do urbano que vão impedir que a cidade se diga. As falas desorganizadas são pistas, vestígios, indícios, desse pontos em que a cidade poderia se dizer, em seu real concreto. Para se governar, assim como para se ter um cotidiano possível - com suas necessidades pragmáticas e um mundo semânticamente normal - há coisas a saber e é preciso se trabalhar a estabilização. Por outro lado, em relação ao real da cidade, há sempre movimento (do sujeito e do sentido). Sendo a cidade um projeto em movimento, a estabilização pode ser uma ruptura nesse movimento. Mas ela pode também guardar seus traços. A partir deles seria então possível se interferir na organização urbana re-significando a ordem da cidade em suas necessidades materiais implementando e não subtraindo a capacidade que tem o sujeito-cidadão de simbolizar e transformar. Daí a idéia é justamente a de fazer virem à tona esses processos silenciados, observando-se as falas desorganizadas como capazes de manifestar os traços desse movimento contido. Onde a cidade demanda sentido e onde os sujeitos da cidade - cidadãos - não estão sempre já significados mas eles também reclamam sentidos, novos sentidos, sentidos outros.

Enfim, podemos pensar a cidade como parte fundamental de um processo em que se fazem presentes eventos não apenas empiricamente mas materialmente diferentes, constituindo novas formas sociais e representando um real deslocamento ideológico nos modos de significar, e viver, a cidade. Produzindo-se desse modo novas formas de cidadania.

### *Notas*

\* Doutora no Instituto de Estudos da Linguagem e Coordenadora do Laboratório de Estudos Urbanos – Unicamp.

<sup>1</sup> Não pensamos a cidadania como uma “essência”. O sentido da cidadania não se faz por si mesmo, mas no cruzamento da história com o como o social se significa nos sujeitos nos diferentes sentidos da cidade governada pelo Estado. Ou seja, a cidadania se significa nos

modos como o Estado subjetiva as relações sociais na relação do político com o simbólico. Esses modos administram fortemente os processos de significação que dizem respeito ao espaço público.

### ***Bibliografia***

- E. P. Orlandi (1999) “(N)os limites da Cidade” in número especial, revista RUA  
Unicamp, Campinas.
- M. Pêcheux (1969) *Analyse Automatique du Discours* , Dunod, Paris.
- M. Pêcheux (1975) *Les Vérités de la Palice*, Maspero, Paris.
- J. Rancière ( 1996) Os Nomes da História, Educ, São Paulo, trad. bras. Eni Orlandi  
e Eduardo Guimarães.

## ***DENTRO E FORA: VIOLÊNCIA E IRRUPÇÃO URBANA EM CIDADES MÉDIAS***

*Pedro de Souza\**

Minha preocupação, desde que venho trabalhando no projeto "Os sentidos do público no espaço urbano", desenvolvido coletivamente no Laborurb/Unicamp, é o surgimento de uma nova modalidade de limite intermediando espaços abertos e fechados, mediante a implantação de grades de ferro cercando praças públicas, jardins, monumentos, entradas de edifícios. Dado seu porte de grande metrópole, entre as grandes cidades brasileiras, São Paulo é o referencial modelar desta prática de intervenção no fluxo dos pedestres em espaço urbano.

O interesse recai sobre os efeitos enunciativos de produção de sujeitos relativamente às práticas sociais de circulação na cidade. Interesse-me enfim pela interpelação do indivíduo pedestre como suposto agressor, ou suposto agredido, já que os acercamentos visam a impedir a introdução do inimigo em equipamentos coletivos como praças, abrigos sob marquises em calçadas. As grades são parte de uma ordem simbólica que promove o barramento da circulação e sob efeito transversal de discursos sociais. Deste modo, instaura posições de discurso nos quais os indivíduos podem, de um certo modo, referir-se a si como cidadãos. Ocorre que os passantes na rua, a cada vez que se deparam com uma grade ou um portão interrompendo a passagem ou a entrada em um parque, do ponto de vista do direito à cidade, são constituídos em sujeitos na exterioridade, ou seja, são levados a identificar-se como os que ficam do lado de fora.

Nesta medida, os equipamentos urbanos, ou seja, tudo aquilo que provê um espaço das características do que designa a urbanidade, podem indicar um sistema simbólico, a partir do qual é possível depreender um discurso sobre a cidade. O ponto principal desta maneira de pensar o problema vem a propósito do estatuto coletivo e público de logradouros como praças, jardins, monumentos, vias de circulação e passagem. Assim é que estes espaços são problematizados a partir do momento em que começam a ser rodeados por grades de ferro. Incorporarei à minha abordagem a idéia segundo a qual esses acercamentos podem imprimir um caráter despótico a esses equipamentos coletivos, na medida

em que irrompem violentamente impostos por instâncias alheias aos sujeitos que fazem uso destes espaços.

À guisa de contribuição para esta reflexão, quero abordar, na referida trama simbólica vinculada à problematização da violência, as insígnias da fala da cidade antes da cidade. Ou seja, a violência urbana não só pre-existe, mas enquanto discurso é condição de existência da cidade. Trata-se dos referenciais interdiscursivos que condicionam a elaboração de uma identidade constitutiva necessária ao conceito de cidade; trata-se precisamente da historicidade que permeia a conversão de um espaço rural em espaço urbano.

Assim o fio condutor deste processo discursivo de produção cognitiva da cidade tem a ver fundamentalmente com o urbano e a urbanidade, tal como pode-se abordar metaforicamente o tema na bifurcação de dois modos de cidade e, metonimicamente, de dois modos de ser morador na cidade. A primeira bifurcação tematiza, no bojo das instituições competentes, o parâmetro sob o qual investe-se na urbanização de determinados logradouros tomados ainda em seu estágio pré-urbano, isto sempre em termos discursivos. O segundo modo é relativo à descoberta e/ou à invenção de um jeito de habitar o lugar tomado em seu estágio indeterminado de transição. Tenho aqui como foco dessa consideração o caso do território insular de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina.

Em Florianópolis, a dificuldade que a administração pública, notadamente no âmbito institucional competente do IPUF-Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, encontra para instituir um plano diretor aponta para um referencial simbólico que intervém na identificação do que seja paradigmaticamente uma cidade.

Teoricamente, pretendo buscar em Guattari<sup>1</sup> o conceito de desterritorialização que, cruzado com o conceito de deslocamento de Pêcheux, me permite falar na emergência da cidade como problemática de transição não linear e não-cronológica. Ou seja, quero evitar pensar o aparecimento de algo que se chama cidade em um determinado instante do território numa perspectiva cronológica temporal, a que possibilita o discurso da urbanidade tomando a fugacidade da paisagem na lacuna temporal do antes e do depois.

Diz Guattari que as condições de surgimento da cidade acontecem no momento em que se totalizam os equipamentos coletivos: “a cidade é o lugar onde são desterritorializadas as comunidades primitivas

(...), e o fluxo que permite esta passagem , a sobrecodificação, (...) é um fluxo de escritura despótica”, assinala o autor.

Há várias formas pelas quais se dá este fluxo de desterritorialização. Guattari cita como exemplo os impostos, o estatuto da moeda, do capital, no contexto da Idade Média. Estas modalidades equivalem a equipamentos que, concomitantemente à emergência da cidade, existem como estruturas de poder político, e no mesmo instante em que impera o regime urbano, passam a sobre-existir como equipamentos coletivos, ou significantes despóticos. Daí que as definições ou discursos possíveis da cidade vão depender dos fluxos desterritorializados. Apagam-se umas, levantam-se outras insígnias do que significa morar, habitar um espaço. Em síntese, equipamentos coletivos são aqui definidos como o universo da representação, que necessariamente constitui-se através de práticas lingüísticas.

É certo que Guattari tematiza a língua como o primeiro equipamento coletivo, porque é dela que o inconsciente social se serve para codificar o sistema urbano. O autor não acredita na existência de uma cidade sem escritura. O interessante é a dedução do autor, a saber, que o fluxo de escritura leva simbolicamente à descoberta de uma superfície de inscrição. Sustento aqui a idéia de tomar os lugares de circulação pública como pontes, viadutos, marquises e seus acercamentos que, enquanto subsistem como tipos de equipamentos coletivos da cidade, expõem-se na qualidade de superfície material da escrita da cidade.

Entendo que, nos dias atuais, um dos modos de dar forma enunciativa à questão urbana aparece no ponto em que se perde a familiaridade e surge a visão inquieta do que não se conhece. Este é um ponto, frequentemente evocado na literatura historiográfica sobre o nascimento das cidades e cujo avatar aloja-se contemporaneamente na violência como uma propriedade constitutiva do ser urbano.

Neste entremeio, observo que nas falas dispersas entre os moradores nativos da Ilha de Santa Catarina, tematiza-se o temor que vem junto com o crescimento econômico e demográfico do lugar onde se vive. Não falo do temor como fato exterior ao discurso, mas enquanto objeto de que trata uma série de discursos associados ao domínio da construção e gestão da cidade. Isto significa ainda dizer que o âmbito de exterioridade na qual se coloca o sujeito para se referir ao conceito de cidade que concerne diz respeito ao domínio pertinente de validade discursiva. Daí decorre que se a urbanidade que está por vir, no contexto das cidades médias, existe na forma da violência, da vigilância e do medo,

é porque há um grande número de outros discursos que sustenta a concepção e a imagem deste real de cidade.

A forma imaginária da violência que valida esse temor é da perda, não de algo que até então se detém e que escapa das mãos, mas pontualmente a perda do espaço extensivo e da liberdade de andança que se esvai com ele. A espontaneidade, os encontros na praça, o passeio pelas ruas, conforme aquilo de que falam os sujeitos constituídos à margem deste processo urbano em questão, dão lugar a exercícios de vigilância, aqui considerado não pelo confronto da palavra com o perigo em si, mas como referente de um discurso anônimo e alhures. É a isto que referem enunciados como o do taxista que comenta:

*- É melhor que Florianópolis não cresça, porque o crescimento traz tudo de ruim para cá. Antigamente a gente podia andar livremente na rua sem medo de assalto.. Nunca foi preciso colocar uma grade de ferro na porta de casa como está acontecendo em muitas casas de praia e prédios do centro. Todo mundo tem que se trancar dentro de casa*

Nesta fala ocasional, expressões lingüísticas estruturando gramaticalmente modos de referência ao lugar, tais como ***tudo de ruim para cá, andar livremente na rua, grade de ferro na porta de casa, se trancar dentro de casa***, indicam a perspectiva na qual o sujeito se coloca em relação à cidade. Estas expressões não só apontam para o lugar onde está o sujeito que fala, conforme aludi anteriormente, mas também para como se estabelece simbolicamente a relação espacial entre sua posição de sujeito e a cidade de que fala. Nesta posição, o sujeito aparece na medida em que observa a cidade acontecer, colocado em plano exterior a ela.

Vê-se que, evocadas pelo discurso, as cercas ao redor de monumentos e praças públicas mostram ao morador nativo o parâmetro da distância entre estar no campo e estar na cidade. De fato, quando a imprensa fala do aumento populacional da cidade o faz numa forma de narrar em que o lugar dos protagonistas distribui-se entre os estrangeiros que chegam e colocam-se no centro da cena urbana em construção e os nativos que passam a circundar à margem de um cenário que deixa de ser o seu. Exemplo disso é o de uma pequena reportagem aparecida em um jornal comunitário distribuído em um bairro central de Florianópolis:

“A maioria dos novos migrantes que engrossam o contingente dos atuais 270 mil habitantes escolhe Florianópolis para viver em razão da qualidade de vida e do jeito sossegado de cidade pequena sem perder os confortos de capital. O Instituto de

Planejamento Urbano já começa a se preocupar com essa nova leva de moradores e tenta implantar, apesar de muita polêmica e da resistência das comunidades do sul da ilha, o plano diretor de desenvolvimento do Campeche.(Jornal Imagem, no. 4 - agosto/1998, p.4)

O trecho é um exemplar de fragmento discursivo em que se mostra o escalonamento das posições de sujeito em um campo de confronto onde o que está em jogo é o delineamento entre o que está no interior e no exterior relativamente ao que se deve chamar de cidade. Por quanto, neste caso, o mal da cidade grande nada mais é do que aquilo de que fala o discurso do sujeito na condição de nativo, se o lugar da violência é o que se vislumbra na cidade nascente, então tudo se representa como se o acesso à urbanidade aí anunciada não fosse possível sem que esta passasse antes pela recusa.

Tomados como unidades fragmentárias que se conectam por um horizonte de significação estes exemplos de fala constituem, segundo dadas condições de produção do dizer, a imagem de cidade emergente em determinado contexto histórico-social. A análise deve resultar em elementos para a compreensão de como, em cidades médias, ao contrário das grandes metrópoles, as grades aparecem como um dispositivo de representação, não da mudança, mas do que está por vir. Neste sentido, o que significam as grades para uma grande metrópole não é o mesmo que significam para as cidades médias. Enquanto para o primeiro modo de urbanização, o sentido é o da proteção, portanto, expressão de amor à cidade, para o segundo o efeito de sentido é o da recusa, portanto do temor ao que não se conhece.

Em síntese, enquanto parte de um equipamento coletivo, as grades de ferro não funcionam do mesmo modo em diferentes contextos urbanos. Penso aqui no que concerne às cidades médias. Em cidades grandes, as grades que envolvem os lugares de circulação pública funcionam como investimentos sobre dispositivos urbanos pré-existentes, ou seja, enquanto regimes simbólicos já re-significados. Dito de outro modo, ideologicamente, a metrópole sobrevive como se sempre já existisse como tal. Nestes termos, o rural e o metropolitano, entrecruzam-se em uma mesma dimensão discursiva, ou mesma perspectiva de significação. Daí resulta que a cidade grande e o campo emergem como espaços cuja ordem simbólica é do já dado, o desde sempre instituído. Diferentemente, o simbólico que institui certo território como cidade média é o do horizonte incerto do vir a ser, estágio entremeio ao rural e o urbano propriamente ditos. Trata-se do encontro entre uma memória e uma atualização: os sentidos não se efetivam independentemente dos que já se historicizaram. Por isso mesmo, com a irrupção da

urbanidade associada a uma forma invasiva de violência, os sujeitos nativos representam-se como os que são lançados para fora.

### **Nota**

\* Doutor da Universidade Federal de Santa Catarina

<sup>1</sup> Em FOUCAULT, *Dits et écrits*. VIII. 1976-1979. Paris, Galimard, 1994.



## ***PONTUANDO SENTIDOS EM TRÂNSITO***

*Bethania Mariani\**

Pode-se compreender a cidade como espaço em que se realizam movimentos de confrontos e alianças entre o poder público e movimentos sociais, organizados ou não. De um lado, depreende-se a administração pública buscando um controle da vida coletiva e, de outro, encontram-se os movimentos sociais refratários ou solidários a esse controle. Por outra via, pensando discursivamente a cidade, pode-se compreendê-la como espaço urbano de produção, disputa e circulação de sentidos, espaço onde o confronto entre os sentidos produzidos pelas instâncias do Aparelho de Estado na administração da ordem pública e os constituídos na dimensão privada nem se instaura sempre e nem sempre de modo visível<sup>1</sup>.

Quando se fala em sentidos no espaço urbano é porque pode-se estar tematizando tanto a produção discursiva sobre a cidade (e neste caso se enquadram, por exemplo, as políticas públicas urbanas mencionadas anteriormente) quanto a tematização do modo como a cidade se diz, a partir das práticas discursivas vigentes. Em uma situação como na outra, é relevante a compreensão do modo como são produzidos sentidos na cidade em termos de práticas discursivas específicas que organizam as relações cotidianas entre os habitantes, sem apagar a heterogeneidade social constitutiva do espaço urbano<sup>2</sup>. Trabalhar com discurso urbano, desse ponto de vista, é concebê-lo como efeitos de sentidos resultantes das interações entre posições de sujeito distintas no espaço da cidade. Lembremos, aqui, que não se trata de sentidos autônomos ou transparentes em si mesmos, mas sim de sentidos enquanto efeitos constitutivos das práticas sociais que se materializam na linguagem. Assim sendo, a questão da produção/circulação/disputa de sentidos é uma questão crucial quando se analisa o discurso urbano.

Tendo como objetivo, portanto, compreender práticas discursivas urbanas que ao se confrontarem sócio-historicamente vão configurando “o sentido do público e vão significando a vida do cidadão”<sup>3</sup>, algumas observações preliminares são necessárias.

Ao normatizar políticas públicas para o urbano, o Aparelho de Estado projeta sobre a cidade como um todo uma rede homogeneizadora de práticas de organização e de controle que se encontram inscritas em imaginários já constituídos. Isso quer dizer que as instâncias públicas de administração legislam genericamente, muitas vezes aplicando no espaço urbano determinados projetos só porque foram bem sucedidos em outras cidades. Não levando em consideração especificidades locais, são políticas públicas que apagam o político, pois atuam sob o efeito da evidência/transparência dos sentidos. É para isso que Orlandi<sup>4</sup> chama a atenção, ao dizer que uma reflexão sobre a cidade realizada com categorias do urbano previamente dadas produz uma indistinção do social e, conseqüentemente, a não escuta dos modos sociais de produção dos diferentes sentidos que circulam.

Evitando ficar nos efeitos discursivos do discurso do poder público sobre a cidade, evitando o imaginário já constituído sobre o discurso privado e a fim de apreender o funcionamento do discurso urbano, trabalhamos com o paradoxo *cidade una/cidade fluida* proposto por Zoppi-Fontana (1998). O que está em jogo nesta dicotomia “são processos discursivos e efeitos de sentido que resultam deles”. Assim, de acordo com a autora, a noção de *cidade una* recobre “as representações homogeneizantes que tentam fixar e sistematizar determinados sentidos, disciplinarmente identificados (racionais, funcionais, higiênicos, econômicos), para o espaço urbano” enquanto que com a noção de *cidade fluida* podem ser compreendidas “as múltiplas representações de origens diversas que, através de um movimento constante de interpretação, re-significam o espaço urbano sem desconhecer ou apagar sua heterogeneidade constitutiva.” (Zoppi-Fontana, 1988:52)

Em uma cidade como o Rio de Janeiro, considerando-a nesta ótica da ‘fluidez’ das representações, muitas e distintas são as relações de força entre o público e o privado. São relações de força que produzem e colocam em circulação diferentes sentidos em um processo de fluxos que integram e desintegram, enlaçam e separam diferentes comunidades discursivas. Nestes fluxos, as comunidades discursivas delimitam ações e dizeres que aderem ou ignoram ou resistem às normas urbanas em função do cotidiano. Estamos nos referindo, por exemplo, às normas que, mesmo na forma de lei, ‘pegam’ ou não, e, se não ‘pegam’, freqüentemente é porque produzem sentidos des-colados das práticas sociais, isto é, sentidos que não ‘colam’ porque não têm como se historicizar no cotidiano.

Quero trazer para discussão aqui uma forma local e específica de micro-relações de força, aquela que coloca em relação normas que emanam do poder público, de um lado, e de outro as interpretações

produzidas por moradores de pequenas regiões exclusivamente residenciais de bairros ‘classe média’. Parece-me ser possível, a partir da análise destas micro-relações, discutir o *real da cidade* (Orlandi, 1998), quer dizer, as situações em que na cidade imaginária, *una*, irrompem as contradições, os equívocos históricos que, fraturando as regularizações propostas (e impostas) pelo Aparelho de Estado, tocam no ‘nervo’ urbano. Tratar do *real da cidade* é considerar o imprevisível das formas de ocupação do espaço urbano, ou seja, é mapear o modo como os sujeitos, na posição de usuários deste espaço, circulam e imprimem suas marcas.

É interessante retomar, neste ponto, a conceituação de Mayol (1994) para a noção de ‘bairro’. “Quase por definição”, diz o autor, um bairro

“é um lugar em que se pode manifestar um engajamento social. (...) O bairro pode ser apreendido como esta porção de espaço público em geral (anônimo para todo mundo) no qual se insinua pouco a pouco um espaço privado particularizado do fato do uso cotidiano deste espaço.” (Mayol, 1994:18<sup>5</sup>).

Em um bairro, então, é possível entrever a organização e administração dos sentidos — feitas pelas instâncias de poder para regular o espaço público — coexistindo com uma apropriação particularizada, privada, destes mesmos sentidos. Assim sendo, o sair de casa inscreve o sujeito em uma rede de sentidos urbanos normatizados que pré-existem a ele e sobre as quais ele não tem necessariamente nem total conhecimento nem completo controle. Mas, ao mesmo tempo, esses sentidos já vão sendo re-significados em função das práticas sociais que vigoram no bairro. A trajetória do sujeito pelo próprio bairro, portanto, já o insere em uma socialização em que os limites da gestão simbólica das práticas públicas e privadas coexistem e, ao mesmo tempo, se encontram muitas vezes indefinidos<sup>6</sup>.

Pergunto: Como os sentidos produzidos pela instância pública circulam de modo a regular o cotidiano dos habitantes? Ou seja, de que forma se processa o gerenciamento dos sentidos da ordem pública urbana de modo a produzir a permanência de sentidos que estariam em movimento?

Poderíamos tomar a mídia (falada/impressa) como meio cuja função seria a de publicizar as políticas públicas vigentes para o urbano. Ou seja, caberia à mídia dar a conhecer os discursos urbanos que regularizam a cidade em termos mais abrangentes. No entanto, se tomamos a questão de modo mais estrito, e se consideramos que as relações de força se estabelecem também com base em relações de saber, de que forma se configura o trânsito de determinados sentidos das normas urbanas que deveriam ser comuns e conhecidos de todos os habitantes mas que se tornam repertório exclusivo de alguns, provocando, deste modo, situações sociais em que podemos nos tornar infratores de normas que desconhecemos, e por cujo desconhecimento podemos ser punidos?

Tenho pensado — como lugar estratégico para refletir sobre esta questão — em uma posição discursiva mediadora entre o público e o privado, ou seja, em uma posição de onde pode se promover um trânsito entre os sentidos, tornando conhecidas práticas significativas específicas: a dos ‘usuários/profissionais da calçada’.

Muito genericamente tenho chamado de ‘usuários da calçada’ àqueles que, em função da atividade profissional que exercem, tanto dão visibilidade aos sentidos produzidos pelas políticas públicas — são porteiros e seguranças, por exemplo — como contribuem para a disseminação de sentidos que vão compondo o rumor urbano (penso, aqui, no caso dos pipoqueiros e jornalheiros).<sup>7</sup> Interessam-me, portanto, experiências locais de relação entre saber e poder, posto que podem ser reveladoras de um certo modo da produção de sentidos no espaço urbano.

Este campo de observações sobre a forma de ocupação do espaço das calçadas e sobre o modo de circulação dos sentidos, considerando uma cidade como o Rio de Janeiro, se impõe pelo contraste existente entre as favelas e os bairros classe média. Nas favelas, não existem calçadas delimitando o espaço entre as residências e as ‘ruas’. Estas últimas são, na realidade, estreitíssimos caminhos, onde não é possível duas pessoas caminharem lado a lado. Entre as casas, as biroskas, as escolas e os caminhos não há mediação, o que faz com que os sentidos circulem de outro modo. Foi, portanto, por contraste entre duas historicidades distintas no modo de ocupação do espaço público que essa função mediadora exercida pelos ‘profissionais da calçada’ se tornou projeto e objeto de minha investigação.

Cumprer notar que estes ‘profissionais das calçadas’ não têm uma função de porta-voz<sup>8</sup>. Não foram oficialmente incumbidos pelo poder público de fornecer informações ou explicações sobre as novas normas urbanas para a coleta noturna do lixo, por exemplo, nem sobre os procedimentos para o

recadastramento do gás de cozinha ou, ainda, sobre as instruções da saúde pública para eliminar o mosquito da dengue. Mas, com certeza, eles atuam como mensageiros<sup>9</sup> uma vez que contam o que não se sabe. Sem o compromisso de ter de contar, esses ‘mensageiros urbanos’ dão a conhecer: promovem para os moradores dos edifícios (e, também, para outros sujeitos, moradores ou não do bairro) um conhecimento que realiza uma travessia da indistinção dos sentidos do público para uma determinada interpretação dos mesmos. Esses mensageiros ocupam um lugar *entre*, *lugar intervalar*, ou seja, funcionando como um *courrier* não autorizado e temporário, tornam alguns dos sentidos da norma pública visíveis no tempo histórico.

É nas pequenas cenas do cotidiano que se pode entrever o funcionamento desse discurso *entre*. Cito, para exemplificar, um rápido episódio que aconteceu numa minúscula região de Copacabana denominada ‘Bairro Peixoto’.

De acordo com o Código Nacional de Trânsito, é proibido estacionar a menos de 200 metros das esquinas. No Bairro Peixoto, porém, tal norma nunca é obedecida pelos moradores em função das especificidades do local: trata-se de uma região construída na década de 50, comportando apenas pequenos prédios residenciais, de quatro andares, em sua maioria sem garagem. A regra, no Bairro Peixoto, é justamente a infração do Código. E a peculiaridade desta situação está, em parte, no fato de ser uma prática admitida pelo policiamento feito no bairro, ou seja, o guarda responsável pela área não interfere neste estacionamento irregular. Menos nas quartas-feiras, dia para o qual foi transferida uma feira livre que acontecia em outra região de Copacabana. A novidade do acontecimento urbano ‘feira’ produziu nos moradores, desta forma, a necessidade de variadas adaptações, dentre elas, o tal do estacionamento. Com as ruas ocupadas desde a madrugada pelas Kombis e caminhões dos feirantes, os moradores e usuários do bairro acabaram ficando sem opção para estacionar e, durante aproximadamente um mês, desorientados, prosseguiram tentando manter o hábito cotidiano. Neste momento, a atuação dos porteiros foi fundamental. A cena descrita a seguir envolve três personagens: um porteiro, um guarda de trânsito e a pesquisadora. Afobado e nervoso, o porteiro discutia com um guarda de trânsito pedindo que ele (o guarda) não rebocasse um carro estacionado na esquina. Ao ser indagado pela pesquisadora sobre o que estava ocorrendo, o porteiro disse que era proibido o uso daquela ‘vaga’ da esquina nos dias de feira e que o morador, dono do carro não tendo conhecimento da ‘regra’, tinha estacionado justamente ali.. Disse, ainda, que já havia tentado contactar o dono do carro, mas que este, pelo visto, não se encontrava em casa. Invocando um testemunho futuro, contou que

também tinha procurado o síndico do edifício e pedido que ele (síndico) confirmasse as tentativas dele (porteiro) no sentido de evitar o reboque.

Assim sendo, o porteiro, ao mesmo tempo serviu de ‘mensageiro’, informando a pesquisadora sobre uma norma pública que ela também poderia desconhecer — e, em função de tal desconhecimento também poderia vir a ter seu carro rebocado —, e ‘mensageiro’ junto ao policial e ao morador.

Neste lugar intermediário, ocorreu uma reorganização dos discursos, uma re-significação dos sentidos da ocupação daquele pequeno trecho de espaço público.

O que é importante, neste caso, é o deslocamento do cotidiano da produção de sentidos provocado pela sucessão dos acontecimentos urbanos ‘feira’ e ‘reboque’. Assim, inscrito no jogo entre as regras do poder público e a prática efetiva dessas regras e fazendo uma travessia da indistinção dos sentidos em direção à regulação dos mesmos, o que o porteiro em questão faz é enunciar a transformação dos sentidos. A partir deste lugar *entre*, não legitimado oficialmente (lembramos que o porteiro toma o síndico como testemunha) deve-se valorizar, sobretudo, o trânsito, o pôr em circulação os sentidos no espaço público. Processo que se torna possível em função desses ‘usuários da calçada’, com seu ir-e- vir constante.

Em resumo, a ocupação deste lugar intervalar torna visível a tensão entre o saber e o não-saber que atua na construção dos sentidos do público nas práticas sociais.

### ***Bibliografia***

Pêcheux, Michel . Delimitações, inversões, deslocamentos. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, (19), jul/dez, 1990:7-24.

Rolnik, Raquel. *O que é cidade*. São paulo, Brasiliense, 1994.

Zoppi-Fontana, Monica. Cidade e discurso – paradoxos do real, do imaginário, do virtual. In: *Rua*. Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade, UNICAMP. Campinas, SP, n. 4, março, 1998: 39-54.

## **Nota**

\* Doutora da Universidade Federal Fluminense

<sup>1</sup> “Ser habitante da cidade”, conforme Rolnik (1998), “significa participar de alguma forma da vida pública.”

<sup>2</sup> Cf. Zoppi-Fontana, 1998, p. 49.

<sup>3</sup> Cf. Projeto *O sentido do público no espaço urbano*, LABEURB.

<sup>4</sup> Orlandi em conferência proferida na UFF ( setembro de 1998).

<sup>5</sup> A tradução é minha.

<sup>6</sup> Penso, por exemplo, na situação dos moradores de Ipanema, Botafogo, Tijuca, Leme ou São Conrado, cujas residências se encontram próximas ou de frente para as favelas e vice-versa, isto é, na situação dos favelados frente às residências classe média. No pequeno circuito de ruas que se situa nas adjacências da entrada para o morro, vigora uma forma de vizinhança que não é nem a instituída pela ordem pública nem a preconizada pelos líderes da comunidade favelada.

<sup>7</sup> A título de curiosidade: o candidato ao governo do Estado do RJ, Cesar Maia, em campanha durante o horário político gratuito, pede - explicitamente - aos taxistas e aos jornaleros que comentem, para que o povo tome conhecimento, sobre as fitas incriminadoras que ele, César Maia, alega possuir supostamente comprometedoras para o candidato adversário.

<sup>8</sup> “O destino do porta-voz circula assim entre a posição do profeta, a do dirigente e a do homem de Estado, visto que ele é o ponto em que o ‘outro mundo’ se confronta com o estado de coisas existente, o ponto de partida recíproco no qual a contradição vem se amarrar politicamente a um ‘negócio de Estado’.” (Pêcheux, 1990:18)

<sup>9</sup> O modo como M. Serres concebe o ‘mensageiro’.

## ***LIMITES EM MOVIMENTO***

*Suzy Lagazzi-Rodrigues\**

O trabalho que venho realizando com o assentamento do MST organiza meu olhar para a cidade a partir de sua exterioridade constitutiva, exterioridade esta pensada na relação de limites que confrontam diferenças e possibilitam mudanças.

Para situar esta minha perspectiva, quero retomar aqui o jogo feito por Pêcheux<sup>1</sup> entre o “alhores realizado” e o “realizado alhores”. Quando discute a revolução socialista, o autor mostra que o mundo socialista desenvolveu-se no que ele denomina a periferia do sistema capitalista, ficando “a imagem do socialismo contido em um outro mundo pelo mundo capitalista, quando não dentro dele”. O “alhores realizado” tomou a forma do “realizado alhores”, abafando-se a possibilidade de que “o irrealizado fizesse sentido do interior do não-sentido”. O mundo socialista, diz Pêcheux, ao instalar-se em uma ordem natural sem espaço para contradições, fez “repetir o que todos sabiam” e “permitiu calar o que cada um entendia sem o confessar”. No entanto, mostra o autor, “não há rituais sem falha”. O discurso que deu suporte à revolução socialista, e que pela repetição e pela censura levou cada vez mais à contenção e à estabilização, continuou ainda exposto à falha. A noção de efeito metafórico como transferência, deslizamento de sentidos, permite que o irrealizado ocupe o lugar daquilo que, em outras condições materiais, pode vir a ser. Pêcheux fala dos pontos de resistência e de revolta que se incubam sob a dominação ideológica e chama a atenção para o perigo de os discursos revolucionários “persistirem em não compreender os deslocamentos que trabalham sob sua própria lógica estratégica”, continuando a “recobrir as resistências e as revoltas” que insistem em sair do lugar e incomodar a própria ordem revolucionária: “não entender ou entender errado; não escutar as ordens; não repetir as litâneas ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras...” Vemos que a possibilidade da mudança é presente na linguagem.

Em minha análise do assentamento<sup>2</sup> fui movida pela busca da visibilidade do diferente, que muitas vezes se afirmava na ansiedade do novo. Compreender finalmente o assentamento como um



espaço de contradição entre o individual e o coletivo, no qual o *efeito da sempre possibilidade* toma corpo em meio ao trabalho da resistência do sujeito, foi fundamental para ver que olhar para fora do assentamento e olhar de fora o assentamento são movimentos que se completam na sua relação. **Olhar para a cidade do assentamento. Olhar para o assentamento da cidade.**

Minha compreensão do assentamento me faz buscar, na relação com a cidade, o possível confrontado no limite das diferenças.

O assentamento significa na imbricação entre o discurso do MST e o discurso capitalista, instituindo uma voz para o assentado a partir da relação deste com o seu lote. Essa voz, porém, fala na contramão da lógica capitalista na qual para ser dono é preciso ter o poder de compra. A relação com o lote se constitui na intersecção entre o político afirmado pelo MST e o jurídico posto em pauta pela relação com a legalidade. Ao enunciar a *sua* terra o assentado historiciza diferentemente a relação com a propriedade. Sua enunciação não coincide com a de um proprietário capitalista. Entendo que o assentamento restitui para o político um lugar de mudança possível na relação de contradição entre posições sujeito.

A contradição constitui o discurso dos assentados sobre a cooperativa. Nesse discurso, um dos efeitos dominantes é o da relativização do dizer, marcada, por exemplo no trecho a seguir, pela modalização e pelo futuro do pretérito:

- Entre as cooperativas assim, **eu acho que a regional seria melhor, porque, pelo menos por enquanto, eu não sei se a gente teria condições de tá tendo produto pra tá comercializando sempre, né, e a partir do momento que a gente começar a comercializar eu acho que a gente teria que tá comercializando,** e aí no caso, a local, **não sei se poderia tá cobrindo isso,** e com a regional **acho que seria mais fácil,** porque **teria produtos de outros assentamentos.**

É interessante que embora extremamente relativizado, o dizer da assentada sobre a cooperativa é um dizer estruturado, organizado argumentativamente pela conjunção “porque”. Se observarmos essa organização argumentativa e compararmos as formulações “*eu acho que a regional seria melhor porque (...)*” e “*com a regional acho que seria mais fácil porque (...)*”, veremos que as duas formulações caracterizam quase uma repetição uma da outra. Difere, no entanto, a justificativa que complementa cada uma dessas formulações e a análise dessa diferença nos mostra uma questão fundamental:

1. porque, [pelo menos por enquanto, eu não sei se a gente teria condições de **tá tendo produto pra tá comercializando sempre**, né, e **a partir do momento que a gente começar a comercializar** eu acho que a gente teria que **tá comercializando**, e aí no caso, a local, não sei se poderia **tá cobrindo isso**]

2. porque [teria produtos de outros assentamentos]

A razão apresentada em 2. - “*porque teria produtos de outros assentamentos*” – tem seu sentido vinculado à necessidade posta em 1: “*a partir do momento que a gente começar a comercializar, teria que tá comercializando [sempre]*”. Para comercializar sempre é preciso ter sempre produtos e portanto “ter produtos de outros assentamentos” pode ser importante, uma boa razão para optar pela cooperativa regional. No entanto, vejamos que a opção pela regional acontece porque “*a local*, não sei se poderia tá cobrindo isso”, “não sei se *a gente* teria condições de tá tendo produto pra tá comercializando sempre”. ‘Comercializar sempre’ aparece como uma razão inquestionável, exterior ao assentamento, um pré-construído que põe em causa a impossibilidade de o assentamento responder à demanda imposta pela comercialização e torna necessária a opção por ‘ter produtos de outros assentamentos’. Discursivamente, fica caracterizada a impossibilidade presente do assentamento.

Observemos também que a formulação “*a partir do momento que a gente começar a comercializar*” contrasta com a relativização discursiva que marca o dizer da assentada: “eu acho que seria”, “eu não sei se teria”, “se poderia”, “teria que”, “seria”... A expressão ‘a partir do momento que’ institui um marco e a certeza de que a comercialização vai acontecer. Essa certeza atravessa a relativização do dizer e configura uma interferência discursiva que presentifica o dizer *da* cooperativa no dizer *sobre a* cooperativa.<sup>3</sup>

Esse jogo discursivo entre a impossibilidade do assentamento, a certeza da comercialização e a relativização da cooperativa aponta para uma *transitividade temporal nas relações imaginárias* que determinam o assentamento. A comercialização é uma razão que significa a própria sobrevivência no e do assentamento e precisa ser afirmada como uma certeza, embora futura. A certeza presente é de que a comercialização precisa ser viabilizada. O presente no assentamento se move ancorado nessa certeza da necessidade de uma saída futura.

Na memória discursiva na qual se constitui o discurso sobre a cooperativa, é fundamental o significado da comercialização e da produção. Produzir e comercializar no assentamento têm seus sentidos definidos na razão desse espaço. A opção de “ir para a terra” impõe uma determinação material que é “viver da terra”. Embora os sentidos de viver possam deslocar-se desde ‘sobreviver’ até ‘progredir’ e ‘desenvolver’, todos esses sentidos passam pela condição de ser assentado, por ‘produzir’ e ‘comercializar’ tendo por referência o assentamento. “Viver da terra”, “ficar na terra”, “estar assentado na terra” são gestos que significam no coletivo do assentamento.

Num outro recorte do dizer sobre a cooperativa, encontramos o encadeamento entre a afirmação presente da recusa da cooperativa com base na experiência passada – *“falta muita clareza ainda pro povo”, “a maioria do pessoal não quer saber de cooperativa”, “assustou o povo”, “pra forma de uma cooperativa, não agradou o povo”, “agora tá difícil de se formar a cooperativa”* - e o resgate da possibilidade de a cooperativa vir a ser – *“agora depois veio os grupos ... e o povo até ficou de olho: “vamos ver, se sair bem esse grupo aí vamos tentar””, “mas só que a gente vê que não vai pra frente se a gente não se unir numa cooperativa, não vai, nós não vamos conseguir, como se diz, ditado, vencer a burocracia do governo, vencer a política do governo”, “se a gente, se forma uma cooperativa a gente pode até produzir as coisas que a gente pode competir, até vender fora né”, “vamos discutir pra ver se compensa ou não”, “então a gente vai ver”, “nós vamos ser os fundadores dessa cooperativa”*.

Essa oscilação discursiva mostra mais uma vez que o dizer sobre a cooperativa configura um espaço de mobilidade nas relações imaginárias. A cooperativa é uma lembrança negativa, uma dificuldade presente, e sempre uma possibilidade a ser considerada, a ser discutida e avaliada, mas também a condição de “ir pra frente”, de “conseguir vencer a burocracia e a política do governo”, de “poder competir”.

Assim como no recorte anterior observamos uma interferência discursiva do dizer *da* cooperativa no dizer *sobre a* cooperativa, também aqui nos deparamos com as formulações:

- *“a gente vê que não vai pra frente se a gente não se unir numa cooperativa”*,
- *“nós não vamos conseguir, como se diz, ditado, vencer a burocracia do governo, vencer a política do governo”*,
- *“eles querem esmagar a gente”*.

São afirmações que na forma do discurso transversal introduzem o dizer da cooperativa, aqui falado pelo Movimento, como pré-construído no dizer da assentada sobre a cooperativa. No jogo das relações imaginárias, a força do Movimento ressoa no presente do assentamento e afirma a cooperativa como uma necessidade presente para que as possibilidades futuras sejam viabilizadas: *“se a gente, se forma uma cooperativa a gente pode até produzir as coisas que a gente pode competir, até vender fora né, o pensamento da gente é esse, a gente competir mesmo pra fazer coisas grandes mesmo”*.

A cada nova perspectiva que se apresenta, o futuro parece deslocar a negatividade do passado. O discurso sobre a cooperativa dá visibilidade à transitividade temporal que marca as relações imaginárias no assentamento permitindo que os sentidos se entrecruzem num percurso de ressignificação simbólica que determina a busca por novas possibilidades.

Nesses dois recortes do discurso sobre a cooperativa observamos a interferência do discurso da cooperativa, uma irrupção ideologicamente dissonante. Quero ressaltar, no entanto, que a relação entre esses dois discursos nem sempre aparece como dissonância no assentamento. Para outros assentados, o Movimento é a referência que significa o discurso sobre a cooperativa, sendo o cooperativismo o fundamento dessa referência. Mas mesmo nesse processo de filiação ideológica ao discurso do MST o sujeito é afetado pelo confronto dos diferentes discursos, o que produz a contradição simbólica e o movimento dos sentidos.

O assentamento se mostra como um espaço que se constitui temporalmente na diferença. O presente do assentamento se impõe como fato discursivo e determina o dizer do assentado sobre a cooperativa. A realização simbólica do assentamento se dá no jogo contraditório da transitividade temporal imaginária. Nesse sentido, a “especialização do simbólico” no assentamento, a maneira como os sentidos aí se organizam no dizer, e a “simbolização do espaço”<sup>4</sup>, os sentidos do dizer, constituem-se na relação de uma temporalidade discursiva ideologicamente determinada, marcada pelo confronto entre o fora e o dentro.

O presente do assentamento impõe-se como fato discursivo também à cidade.

Na indefinição do seu presente, o assentamento é o outro que, não organizado, aponta para um possível irrealizado, o coletivo, e irrompe os limites da cidade, provocando ressonâncias.

A cidade, ponto de partida no movimento para a terra e lugar da não-voz para os Sem-Terra, no contraponto com o assentamento do MST tem seus limites afetados pela sempre possibilidade do

assentamento. Parte da exterioridade constitutiva da cidade, o assentamento do MST institui político-juridicamente uma nova voz na ordem da propriedade. Essa voz fala na contradição e intervém no imaginário da cidade, produzindo paráfrases que mantêm o social em movimento. Uma dessas paráfrases é o Movimento dos Sem-Teto. A relação entre os Sem-Terra e os Sem-Teto está politicamente determinada na negação do social. Terra e Teto, na relação com o político, deslocam o empírico e significam simbolicamente no movimento.

O assentamento, que pode parecer estranho à cidade, o outro, provoca o retorno do olhar. No assentamento, olhamos **a cidade do assentamento**. Na cidade, olhamos **o assentamento da cidade**. A elipse desestabiliza os olhares e os sentidos. Voltamo-nos para *o assentar da própria cidade*, para sua temporalidade imaginária que configura o assentamento do simbólico, a realização do político no espaço das relações sociais. *O assentamento do simbólico na simbolização do assentamento*.

## Nota

\* Doutora no Instituto de Estudos da Linguagem e pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos – Unicamp

<sup>1</sup> PÊCHEUX, M. “Delimitações, Inversões, Deslocamentos”. Em *Cad.Est.Ling.*, Campinas, (19): 7-24, julh./dez. 1990.

<sup>2</sup> LAGAZZI-RODRIGUES, S. *A Discussão do Sujeito no Movimento do Discurso*. Tese de Doutorado. IEL, Unicamp, 1998.

<sup>3</sup> Entendo essa diferença entre o dizer *da* e o dizer *sobre a* como uma diferença na relação do sujeito com as filiações que se articulam na memória discursiva. No *dizer da cooperativa* o sujeito é tomado na relação de identificação simbólica com os sentidos que imaginariamente dão suporte à cooperativa, enquanto no *dizer sobre a cooperativa* há uma relação de estranhamento a nível simbólico entre o sujeito e esses sentidos, o que permite o seu distanciamento no nível da formulação.

<sup>4</sup> Estas noções estão presentes no projeto temático *O Sentido Público no Espaço Urbano*, desenvolvido no Labeurb/ Nudecri/ Unicamp, financiado pela FAPESP (96/4136-7).